

INFLUÊNCIA DO MAIS MÉDICOS

20% das vagas em medicina seguem os critérios do programa

Publicada no Diário Oficial da União em julho 2013, a medida provisória que criou o Programa Mais Médicos não se ateve apenas à contratação de médicos formados fora do Brasil, na condição de bolsistas, para suprir em caráter emergencial a demanda de profissionais da saúde no país. Ela também definiu ações do governo federal para reduzir essa carência permanentemente, incluindo a expansão das vagas na graduação em medicina e na residência em medicina da família e comunidade, e a reforma do curso de graduação para incluir um estágio obri-

gatório dos estudantes na saúde pública. É o que mostra reportagem de Ana Carolina Moreno e Elida Oliveira, G1. Veja, em resumo, o que o programa Mais Médicos preteu e o que aconteceu:

Criar 11.447 novas vagas em medicina até 2017: Entre julho de 2013, quando o anúncio foi feito, e o fim de 2017, 10.861 novas vagas foram criadas. Considerando janeiro de 2013 a novembro de 2018, esse número sobe para 13.624, maior do que a meta. Destas, 20% seguem os critérios da Lei do Mais Médicos. As faculdades precisam já ter cursos de medicina em

outros municípios com bons indicadores de qualidade, além de capital financeiro para a abertura imediata do curso, desenvolver programas de residência médica com o mesmo número de vagas da graduação e oferecer contrapartidas aos SUS local, como formação de profissionais e reforma de equipamentos de saúde. O Ministério da Educação (MEC) diz que as demais já estavam em processo de abertura antes da lei, que não incide retroativamente. Outras 1.760 vagas de processos em aberto ainda serão autorizadas mas, em abril, o governo federal decre-



IMPACTO

20% das vagas dos cursos de medicina seguem os critérios do programa Mais Médicos

to uma moratória (leia mais abaixo) que impede a criação de novos cursos até 2023.

Ampliar a vagas da residência em medicina de família até 40% do total em 2018: A reestruturação da residência médica incluiu a universalização do acesso dos médicos aos programas de residência, com foco principal na expansão das vagas da residência em medicina de família e comunidade, que forma profissionais da chamada atenção primária, nos postos de saúde e na comunidade. Mas, entre 2013 e 2017, o número de vagas autorizadas foi de 15.960 para 24.807,

sendo que a participação da medicina de família nesse total subiu de 6,2% para 13%.

'Esticar' a graduação de seis para oito anos, incluindo estágio obrigatório na atenção básica: A ideia foi anunciada publicamente também em julho de 2013, mas acabou sendo reformulada após críticas da classe médica. Em 2014, o Conselho Nacional de Educação (CNE) decidiu, na criação das novas diretrizes da graduação em medicina, estipular um tempo mínimo de atuação na atenção básica dentro da carga horária de estágios já existentes nos

cursos. Porém, segundo especialistas ouvidos pelo G1, a implementação dessa mudança no currículo de todas as faculdades ainda está longe de ser realidade.

Das 13.624 novas vagas em medicina autorizadas pelo MEC entre janeiro de 2013 e novembro deste ano, 83,4% delas estão em universidades privadas, e 65,4% estão em campi fora das capitais – a interiorização do ensino de medicina, para que estudantes locais se formem e queiram permanecer em locais fora dos grandes centros, também é um dos focos do Mais Médicos.

Credenciamento de mototaxistas será até dia 18

O credenciamento para explorar atividade de mototaxi em Salvador prossegue até o próximo dia 18. De acordo com a Secretaria Municipal de Mobilidade (Semob), responsável pela convocação, 470 condutores foram acionados por meio de publicação no Diário Oficial do Município (DOM). O atendimento presencial é realizado na Coordenadoria de Táxi e Transportes Especiais (Cotae), no Vale dos Barris, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 7h30 às 11h30 e das 13h30 às 16h30. O procedimento teve início em 12 de novembro.

Os condutores selecionados devem comparecer à Cotae munidos com a documentação exigida no edital. Dentre as exigências previstas para transportar passageiros está o porte da Carteira Nacional de Habilitação, na categoria A, emitida há dois anos, no mínimo. A motocicleta (de até 250 cilindradas) deve ter, no máximo, cinco anos de uso, estar em nome do mototaxista e ser de cor amarela.

Quesitos relacionados à segurança também estão previstos no decreto. Para exercer a atividade, é preciso ter antena corta-pipa, barra protetora de pernas, velocímetro, parabarro, alças protetoras laterais e revestimento do cano da descarga. O motociclista também precisa possuir o curso de especialização sobre condução de passageiros em veículos motorizados de duas rodas.

Documentação – Ao comparecer para avaliação, é necessário estar munido de documentos como o Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV) em nome do interessado, apólice do seguro contra riscos para o condutor e passageiro em valor a partir de R\$10 mil, Certidões Negativas Criminais expedidas pelas justiças Estadual e Federal. Durante a vistoria, estão sendo avaliadas as regras estabelecidas pelo Decreto Municipal 28.278, publicado em 22 de fevereiro de 2017. A Semob informa que 720 profissionais já estão regulamentados e com alvará ativo atuando na cidade.

Para participar do Leilão, os interessados precisaram se apresentar, na abertura da sessão pública, portando cópias dos documentos de identidade, CPF e comprovante de residência, ou cartão do CNPJ, no caso de pessoa jurídica. Também precisaram preencher uma ficha de participação. Os documentos poderão ser apresentados em original, cópia autenticada, ou cópia simples acompanhada do original.



Prefeitura lança acervo digital como incentivo à leitura

Ler, Criar, Viajar. Tendo como base esses três pilares, a Prefeitura, através da Fundação Gregório de Mattos (FGM), por meio da Gerência de Bibliotecas e Promoção do Livro e Leitura e em parceria com a Casa Salvador (Casa do YouTube), promove o lançamento da Plataforma Caminhos Digitais da Leitura, hoje, às 17h, na Casa Salvador, localizada na Barra. O evento é gratuito e aberto ao público, sujeito a lotação. O site é composto por um acervo digital, com títulos disponíveis para leitura em tablet, celular e computadores. A ferramenta também abre um espaço para quem tem o sonho de publicar as próprias obras, num ambiente virtual dentro dos gêneros romance, conto,

crônica, cordel ou poesia. A ideia é incentivar o hábito da leitura e estimular a produção literária.

A publicação só acontece após validação feita pelo moderador técnico da plataforma. Sendo assim, o interessado deve ler atentamente o Termo de Compromisso, bem como as instruções, para ter o livro disponibilizado ao público na biblioteca digital da FGM. A programação de lançamento terá a participação do presidente da FGM, Fernando Guerreiro, e depoimentos de mães com os filhos adolescentes que despertaram para o prazer de ler a ponto de dar asas a criatividade e escreverem os próprios livros, publicados em plataforma similar no estado

de São Paulo. O público conhecerá o interesse desses jovens em livros impressos, tornando-se multiplicadores desse hábito no próprio ciclo social.

PROGRAMA

O Caminhos da Leitura é um programa de arte-educação da Prefeitura de Salvador, através da Fundação Gregório de Mattos, por meio da Gerência de Bibliotecas e Promoção do Livro e Leitura, que visa incentivar o hábito e o prazer da leitura. São promovidos circulação de livros, exposições, contação de histórias, encontros com escritores, oficinas de produção de bonecos e apresentação de Contos Cantados em escolas, bibliotecas e praças da cidade.

Governo arrecada R\$ 2,7 mi com leilão de bens públicos

O Governo do Estado arrecadou R\$ 2,7 milhões com a venda de bens públicos no Leilão número 06/2018, realizado pela Secretaria da Administração (Saeb). Foram leiloados 283 lotes compostos por máquinas, móveis, material eletrônico e veículos. Todo valor arrecadado será transferido para o Tesouro do Estado e será utilizado para novos investimentos. O certame foi comandado pelo leiloeiro Adilson Guimarães Araújo, escolhido por sorteio.

O Leilão começou às 9h30 e terminou no final da tarde. Cerca de 300 pessoas interessadas participaram do leilão.

Os itens vendidos alcançaram um ágio de mais de 80% em relação

ao valor de avaliação dos produtos. Os bens leiloados não estavam sendo utilizados pelo Estado. "O resultado deste leilão é fruto de todo o esforço feito para otimizar a gestão dos bens públicos", destacou o secretário da Administração, Edelvino Góes.

O certame foi regido na modalidade maior oferta, ou seja, o participante que oferecer o maior lance arremata o bem.

Os vencedores pagaram 20% do valor do bem, no momento do arremate, enquanto os 80% restantes devem ser quitados no prazo de dois dias úteis. Os ganhadores pagaram, ainda, a comissão do leiloeiro no correspondente a 5% sobre o valor do arremate.



TESOURO

De acordo com o secretário de Administração, Edelvino Góes, o resultado do leilão "é fruto de todo o esforço feito para otimizar a gestão dos bens públicos"

Comissão vai debater conflito fundiário no Oeste

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados vai realizar amanhã uma audiência pública para discutir um conflito fundiário na região de Coaceral, em Formosa do Rio Preto (BA). Situada no oeste baiano, na divisa com Tocantins, a região é uma das fronteiras agrícolas mais prósperas do País e foi colonizada por produtores paranaenses em 1984. A audiência pública foi requerida pelos deputados Osmar Serraglio (PP-PR), Adilton Sachetti (PRB-MT) e Valdir Colatto (MDB-SC). As famílias paranaenses se mudaram para a região estimuladas pela concessão de financiamentos do Programa de

Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecir I), um programa agrícola do governo brasileiro em parceria com o japonês. Elas ocuparam uma área de mais de 300 mil hectares para a produção de grãos.

A origem da terra é a antiga fazenda São José, de vasta dimensão, no município de Formosa do Rio Preto. Em 1915, pequena posse dessa fazenda foi relacionada em um inventário. Na época, o inventariante arrolou apenas a posse da área, que entrou no inventário avaliado judicialmente por um valor irrisório, inferior ao de dois bezerros ou metade do valor de um animal asinino.

Em 2015, setenta anos depois, José Valter Dias se

apresentou na comarca da região como herdeiro daquela posse, efetuou o inventário e converteu aquela posse em matrícula do imóvel, sem mencionar o registro anterior e sem qualquer definição da área e dos limites, passando a se dizer proprietário da região onde moram os colonos.

O deputado Osmar Serraglio afirma que a obtenção da escritura se deu de forma ilegal e envolve membros do Judiciário. Segundo o parlamentar, a obtenção da matrícula do imóvel se deu por José Valter sem que o herdeiro apresentasse nenhum documento comprovando seu direito, como o registro anterior, o cadastro no Incra ou comprovantes de pagamento de

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), como lhe tinha sido exigido em juízo. Além disso, em nenhum momento os colonos foram ouvidos pela Justiça. Uma petição do Ministério Público da Bahia, que analisou o caso, chegou a afirmar que a decisão judicial teria concedido uma "posse mágica" a José Valter Dias. "Ele [Dias] conseguiu fazer o registro contra a vontade dos produtores rurais, que realizaram benfeitorias na região, transformando-a na famosa região do Matopiba, onde estão cultivando a terra há mais de 30 anos. Os deputados desejam identificar os envolvidos – principalmente aqueles relacionados a tráfico de influência junto a autoridades.

ra. A reintegração de posse chegou a ser concedida pelo Tribunal de Justiça da Bahia, mas foi posteriormente revista por novos despachos do próprio TJ e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Os parlamentares querem agora saber como a posse definitiva da terra foi concedida a partir de um "passe mágico" referido pelo Ministério Público e como ficará a situação dos produtores rurais, que realizaram benfeitorias na região, transformando-a na famosa região do Matopiba, onde estão cultivando a terra há mais de 30 anos. Os deputados desejam identificar os envolvidos – principalmente aqueles relacionados a tráfico de influência junto a autoridades.